

MPF acusa deputados de terem “mesada” por desvios na Petrobras

Em mais um desdobramento da operação “lava jato”, o Ministério Público Federal em Curitiba divulgou nesta quinta-feira (30/3) uma [ação de improbidade administrativa](#) contra seis deputados federais do PP, quatro ex-parlamentares da sigla e o ex-assessor João Genu, que trabalhava com o deputado José Janene (morto em 2010). Como o processo tramita na esfera cível, não ficará nas mãos do juiz Sergio Fernando Moro e nenhum dos acusados tem foro por prerrogativa de função.

Na lista estão os deputados Arthur Lira (PP-AL), Luiz Fernando Faria (MG), Mário Negromonte Júnior (BA), Nelson Meurer (PR), Otávio Germano (RS) e Roberto Britto (BA). Eles são acusados de receber parte da propina que empreiteiras e a Braskem pagaram a diretores da Petrobras indicados pelo partido, usando parte do dinheiro para financiar campanhas eleitorais. Pelo menos três teriam recebido “mesada” de R\$ 30 mil por mês, pelo menos entre 2007 e 2014.

Reprodução



O ex-deputado Pedro Henry está entre os acusados em ação ligada à “lava jato”.
Reprodução

O próprio partido também é acusado, como pessoa jurídica, por ter deixado de desempenhar a sua finalidade. Segundo o MPF, “resta bem evidenciado que não se tratou de atos de corrupção isolados de parlamentares, mas verdadeiro esquema estável e organizado (...) na própria estrutura de representação partidária”.

Com base em cálculo do delator Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da petrolífera, o MPF afirma que os desvios dos pagamentos feitos pela Petrobras (pelo menos 1% do valor dos contratos) ultrapassaram R\$ 460 milhões – mais do que os R\$ 179 milhões que o PP recebeu do fundo partidário entre 2004 e 2014.

A petição inicial também usa provas emprestadas das ações penais para apontar que o repasse de propina foi feito por meio de valores em espécie, transferências eletrônicas, entrega de bens, pagamento de contas pessoais e depósitos em contas no exterior, em nome de empresas *offshores*. O doleiro Alberto Youssef seria um dos operadores responsáveis por fazer o dinheiro chegar de uma ponta a outra.

Os procuradores da República cobram a devolução dos R\$ 460 milhões, indenização por danos morais



coletivos, suspensão dos direitos políticos (por dez anos) e a proibição de que todos firmem contratos com o poder público ou recebam benefícios fiscais. Pedem ainda a cassação da aposentadoria dos acusados e a perda do direito à contagem de tempo e fruição da aposentadoria.

O MPF diz ter evidências de que agentes políticos de outros partidos participaram do esquema, embora o foco dessa ação seja apenas um grupo filiado ao PP.

Bastidores do poder

A petição inicial disse que Paulo Roberto Costa só assumiu cadeira na Petrobras depois que o PP juntou-se a outras siglas para obstruir a pauta de votação da Câmara dos Deputados em 2004, até que o governo Luiz Inácio Lula da Silva atendesse pedidos da base aliada. A canetada em favor de Costa saiu, segundo o MPF, depois de reunião entre Lula, o então ministro José Dirceu e os deputados Pedro Corrêa, Pedro Henry, José Janene e Aldo Rebelo.

Passos lentos

Já tramitam em Curitiba pelo menos outras sete ações de improbidade ligadas à “lava jato”, a maioria apresentada em fevereiro de 2015. Mais de dois anos depois, porém, nenhuma ainda tem sentença.

Quatro chegaram a ser suspensas até o Superior Tribunal de Justiça definir a competência para julgar: segundo a corte, [as ações poderiam ser distribuídas a diferentes juízes](#), pois os processos apresentam fatos distintos sem conexão direta.

O juiz federal Friedmann Anderson Wendpap, que julga duas ações de improbidade relacionadas ao caso, já declarou que empreiteiras não devem ser obrigadas a devolver aos cofres públicos dinheiro gasto com propina quando a quantia saiu das próprias empresas, e não da administração pública. “Pagamento da propina não implica, *ipso facto*, dano ao erário, mas desvantagem, em tese, às próprias contratadas”, escreveu, em janeiro deste ano. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF-PR.*

Clique [aqui](#) para ler a petição inicial.

Clique [aqui](#) para ler resumo de 26 sentenças da “lava jato”.

* Texto atualizado às 18h45 do dia 30/3/2017 para acréscimo de informações.

Date Created

30/03/2017